

A NOSSA VISITA”

Seu pai foi jornalista, radialista bastante conhecido, morto há pouco tempo. Quais lembranças o senhor tem dele?

O velho foi um ícone do rádio-jornalismo. Foi a primeira voz do rádio a falar em televisão no Estado. Fez a leitura do discurso do (Assis) Chateaubriand quando inaugurou a TV Piratini. Vivia dentro dos corredores e estúdios de rádio e televisão com ele. Meu pai chegou a incentivar que eu fosse trabalhar com rádio, por identificar em mim uma voz do meio. Mas eu tinha outra inclinação, até decorrente de uma escolha que ele fez de vida. Com 45 anos ele foi cursar Direito. Passei minha adolescência vendo-o nesse ambiente, discutindo, conversando com colegas. Foi isso que me levou para o Direito.

Chegou a exercer alguma função no jornalismo por causa do seu pai?

Foi muito interessante. Eu fazia a pauta da tarde da TV, assim como se cobria Grêmios e Inter na mesma tarde. Eu tinha de cobrir, às vezes, enchente e o Palácio Piratini uma hora depois. Então a gente ia de um extremo a outro.

Por que cursou Direito e ingressou no Ministério Público? Chegou a advogar?

Sim, advoguei. Fiz a carteira de estágio na época e tive escritório com alguns colegas. Atuava em uma área geral, cível, criminal, mais voltada para o crime, apesar de não gostar de advogar no crime. Já no meio da faculdade, optei pelo Ministério Público. Fiz quatro concursos só para o MP. Passei em dois. Em 1989, em Santa Catarina. Assumi e fiquei um ano lá em Criciúma. No ano seguinte, passei no concurso do Rio Grande do Sul e voltei. Assumi em 1991.

Sua passagem pela advocacia foi breve. Defender criminosos lhe era incômodo?

Havia um choque de princípios. Percebia que minha veia era mais para a sociedade e não para o indivíduo. Me causava desconforto ter de ficar inventando teses.

Essa relação com o jornalismo talvez explique sua conduta de convocar a imprensa para acompanhar operações. É postura incomum no Ministério Público, mais frequente em ações da Polícia Civil e, às vezes, da Polícia Federal. A presença da mídia não atrapalha as operações?

A motivação de chamar a imprensa é para mostrar a transparência do trabalho. Não temos nada a esconder. Nosso dever é informar a sociedade sobre aquilo que está acontecendo. Eventualmente pode acontecer, pontualmente, uma situação ou outra de vazamento de informações. Já aconteceu, mas isso não compromete o todo, de forma alguma. Um dos vazamentos ocorreu na Rádio Liberdade, de Lajeado, onde meu pai começou a carreira dele. Fiquei chateado por ter sido lá, por essa relação. Algumas pessoas têm a necessidade de aparecer primeiro. Nesse caso, tivemos de suspender a diligência. Estávamos com escuta e aguardamos uma nova manifestação do nosso alvo porque ele foi avisado pela mãe, que estava escutando a rádio, de que havia uma movimentação do Ministério Público, da polícia, em direção à indústria onde ele trabalhava.

O senhor atuava bastante em casos de grupos criminosos, homicidas, traficantes. De repente, houve essa guinada. Por que o senhor decidiu investir na fiscalização da segurança alimentar?

Não passei direto dessas outras investigações para os crimes alimentares. Houve um momento em que nos dedicamos muito na adulteração de combustíveis. O combate foi muito forte, a ponto de considerarmos que a adulteração é quase inexistente hoje no Estado. O Ministério Público gaúcho comprou um laboratório para fazer a análise de todos os combustíveis, um laboratório móvel. Então nossos colegas, especialmente o Dr. Alcindo (*promotor Alcindo Bastos*), viajavam pelo Interior fazendo análise nos postos. Depois, ainda me dediquei muito a concursos públicos. Já fizemos três operações nesse sentido. Em determinado momento, percebi que estávamos dividindo espaço com as polícias, com a Polícia Civil, com a Polícia Federal, com a Brigada Militar. Essa divisão de espaço acabava gerando choque entre as instituições, um constrangimento. Optei por investigar crimes nos quais as polícias têm dificuldades financeiras e estruturais. A polícia tem dificuldades em um crime que seja praticado em todo o território estadual. Há uma carência.

Qual a diferença de traficantes e assaltantes para esses cujos crimes impactam diretamente na saúde humana?

Todos eles visam uma vantagem, visam o lucro. Todos querem angariar alguma coisa. Seja na fraude de combustível, seja no estelionato, na corrupção ou na adulteração de alimentos. A diferença é que uns criminosos são mais qualificados do que outros. Na fraude dos alimentos, por exemplo, há crimes praticados por técnicos, químicos e veterinários.

O senhor considera que as operações Leite Compençado e Queijo Compençado são a Lava-Jato dos alimentos?

Não tenho essa pretensão. A Lava-Jato atingiu o meio político, que todos se preocupavam há bastante tempo. No caso da Leite Compençado, é uma investigação nova, um fato novo que apuramos. Até 2013, o Ministério da Agricultura punia esses crimes com sanção administrativa. Era rotineiro, na atuação de fiscalização, o fiscal identificar a fraude e instaurar procedimento administrativo, aplicar multa irrisória, que não tinha capacidade de inibir aquela conduta criminosa. Então, esse crime tinha uma rentabilidade muito grande. E a gente sabe que o criminoso faz uma equação: coloca os custos da ação, os custos operacionais, custos pessoais e decide se vale a pena ou não. Ele sabe o que está fazendo. Na adulteração do leite, o sujeito tem um silo que está deteriorando e sabe da inexistência de fiscalização. É aleatória, vai a cada seis meses fazer uma visita. E a legislação é branda. Se ele for flagrado e autuado, a pena é mínima. Então, ele se encoraja a adulterar aquele produto e recuperar o que estaria perdendo. Não há uma ação intimidatória, na prática.

A Leite Compençado vai passar as fronteiras do Rio Grande do Sul?

É uma experiência que pretendemos levar para outros Estados, certamente. A fraude no leite não é privilégio do Rio Grande do Sul, de forma alguma. Isso acontece em outras partes do país. Eu e o Dr. Alcindo já estivemos no Rio de Janeiro falando para fiscais federais para que reproduzam lá esse tipo de investigação. Santa Catarina, por exemplo, já fez duas operações. Em Minas Gerais já houve a Operação Ouro Branco em 2007, conduzida pela Polícia Federal. Houve fraude de adição de produtos no leite e havia participação de fiscais federais.

DIOGO ZANATTA, ESPECIAL, BD, 16/06/2015



LEITE E QUEIJO COMPENÇADOS

Um total de 18 operações desarticulou esquemas de adulteração de alimentos, fechou fábricas e prendeu envolvidos



DIOGO ZANATTA, ESPECIAL, BD, 03/12/2014

Cheguei a advogar. Havia um choque de princípios (em defender criminosos). Percebia que minha veia era mais para a sociedade e não para o indivíduo. Me causava desconforto ter de ficar inventando teses.